

CONSOLIDAÇÃO DAS AGENDAS DE SUSTENTABILIDADE EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS E INSTITUTOS FEDERAIS: a partir das perspectivas da Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P

1 INTRODUÇÃO

As universidades públicas federais e estaduais, bem como, os Institutos Federais têm sido reconhecidos pela sociedade por diversos projetos, pesquisas e ações contundentes que promovem em suas áreas de atuação. Essas instituições, entretanto, enfrentam o desafio de consolidarem suas agendas de sustentabilidade e de propagar uma cultura institucional de responsabilidade socioambiental. Diante disso, o objetivo da pesquisa foi fazer um levantamento do estado da arte dessas políticas e agendas de sustentabilidade nessas instituições; e identificar os principais desafios e obstáculos ao desenvolvimento das práticas e ações. A pesquisa se deu como um desdobramento de demanda do poder público federal, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), para analisar o desempenho da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) nas instituições de ensino superior (IES) e de identificação dos possíveis mecanismos de consolidação, aperfeiçoamento e ampliação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Importante marco na correlação universidade-sustentabilidade é a Declaração de *Talloires*, no ano de 1990. O evento foi influenciado pelo relatório *Brundtland* (1987) e do documento final intitulado *Our Common Future* que consolidou a concepção de desenvolvimento sustentável. Na declaração diversas IES reforçaram o seu papel, em atuar não somente na pesquisa, no ensino e na educação, mas igualmente na formação de políticas e de agendas necessárias à consolidação de uma cultura institucional de responsabilidade socioambiental (KRAEMER, 2004).

Diante da perspectiva de um novo paradigma, para além das incumbências acadêmicas próprias, as IES viram-se sistematicamente diante do desafio de implantarem sistemas de gestão organizacional inovadores, capazes de mitigar os impactos socioambientais decorrentes de sua própria atividade (MAYOR, 1998, FOUTO, 2002; DA SILVA VIEGAS, 2015).

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por uma equipe de 6 pesquisadores da Universidade de Brasília, que entre abril e junho de 2024, realizou levantamentos nos *websites* oficiais de 144 instituições de ensino superior (IES), sendo 69 universidades federais (UF); 37 universidades estaduais (UE) e 38 institutos federais (IF). A meta foi identificar agendas, planos, políticas ou comissões voltadas à sustentabilidade nas IES, por meio do campo de busca/pesquisa dos *websites* utilizando as seguintes palavras-chaves: ‘sustentabilidade’, ‘agenda de sustentabilidade’, ‘meio ambiente’, ‘agenda ambiental’, ‘A3P’, ‘ODS’ e ‘PLS’. O levantamento focou na eventual adesão à agenda A3P, mas também na consolidação de planos de logística sustentável (PLS), ou mesmo do desenvolvimento de políticas próprias de sustentabilidade, ou ainda, de instrumentos semelhantes nos seus planos de desenvolvimento institucional (PDI); como comissões ou planos de sustentabilidade. Adicionalmente, foram feitas buscas pelos mesmos termos junto a sigla das IES no Google, e na literatura cinza, nos veículos de imprensa locais, jornais, revistas e outras plataformas de notícias *online*. Além do levantamento quantitativo, a pesquisa buscou analisar dados qualitativos e selecionar os pontos fortes e fracos na manutenção e propagação desses instrumentos.

4 RESULTADOS

O levantamento sobre a consolidação das agendas de sustentabilidade nas IES revelou uma realidade diversa e heterogênea entre as IES observadas (Quadro 1). No escopo das 69 universidades federais, o destaque é o PLS, no qual 44 das UF, ou 65% delas, adotaram o

desenvolvimento desse tipo de instrumento. O segundo tipo de agenda mais recorrente é das políticas próprias de sustentabilidade, no qual 28 das UF, ou 41% delas desenvolveram instrumentos próprios ou independentes. Em terceiro lugar, com 17 das UF (ou 25% do total) se encontram aquelas instituições que aderiram em algum momento à Agenda A3P. Um total de 13 UF (ou 19% delas) apresentaram em seu PDI alguma comissão ou previsão de planos de sustentabilidade interna. Vale destacar que em 22 das UF (ou 32%) os PDI não contavam com comissões ou quaisquer tipos de planos para consolidação de agendas de sustentabilidade, ou não foram identificadas a divulgação de nenhum tipo de agenda.

Quadro 1: diferentes tipos de agenda de sustentabilidade e formas de adesão institucional

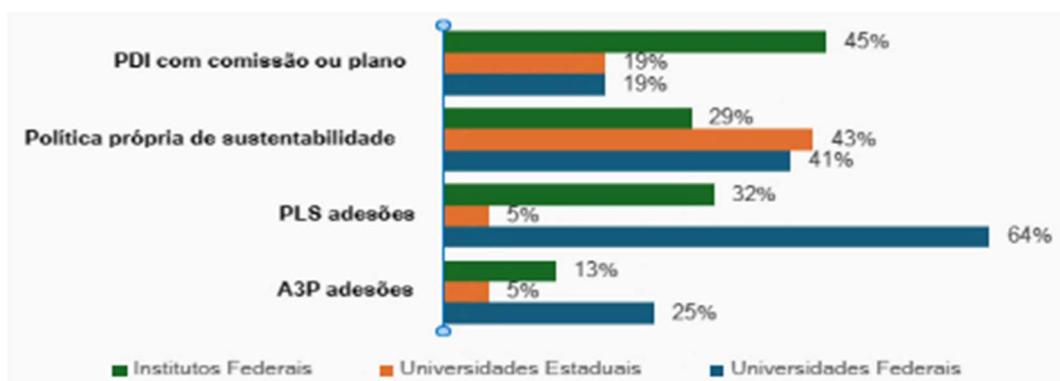
IES	PLS	Política própria de sustentabilidade	Agenda A3P	PDI com comissão ou plano de sustentabilidade	PDI sem comissão ou plano de sustentabilidade /
Universidades Federais	44	28	17	13	22
Universidades Estaduais	2	16	2	7	21
Institutos Federais	12	11	5	17	11
Total	58	55	24	37	54

Fonte: autores.

A heterogeneidade entre as IES cresce ainda mais quando se observam os resultados das universidades estaduais (UE). No âmbito das 37 UE observadas, apenas 2 delas (ou 5% do total) aderiram à Agenda A3P; a mesma quantidade e percentual daquelas que consolidaram um PLS em suas instituições. Vale destacar que em 16 das UE (ou 43% delas) houve a consolidação de políticas próprias de sustentabilidade, e que em 7 das UE (19%) havia um PDI com comissão ou plano de sustentabilidade. Entretanto, o resultado mais negativo é o relacionado as 22 UE (60% do total) que possuíam PDI sem quaisquer comissões/agendas de sustentabilidade.

No tocante aos 38 institutos federais (IF) se manteve a disparidade, uma vez que 12 instituições (32%) consolidaram PLS; e 11 instituições (29%) desenvolveram políticas próprias de sustentabilidade. Apenas 5 instituições aderiram eventualmente a Agenda A3P. Embora a pesquisa tenha revelado que 17 IF (ou 45% delas) tinham consolidado ou estavam desenvolvendo PDI com comissões ou planos de sustentabilidade, 11 instituições (ou 29%) possuíam PDI sem nenhuma consolidação de comissões ou planos de sustentabilidade. A Figura 1 ilustra a heterogeneidade de consolidação das agendas no total de IES analisados.

Figura 1- grau de consolidação de agendas de sustentabilidade nos IES pela tipologia adotada



Fonte: autores.

Ao analisar o desempenho das UF por região geográfica (Quadro 2), o melhor desempenho se concentra na região Sudeste. Nessa região observa-se a maior adesão à Agenda A3P (29%) e ao PLS (34%); e ao maior percentual (46%) de instituições com desenvolvimento de políticas próprias de sustentabilidade, e, especialmente, de instituições com PDI com comissão ou plano de sustentabilidade (77%).

Quadro 2 – Distribuição da consolidação de agendas de sustentabilidade por região (UF)

Federais	A3P	PLS	Política de sustentabilidade própria	PDI com comissão ou plano de sustentabilidade	PDI sem comissão ou plano de sustentabilidade
Norte	12%	14%	7%	15%	36%
Nordeste	29%	30%	32%	8%	18%
Centro-Oeste	18%	5%	11%	0%	9%
Sudeste	29%	34%	46%	77%	23%
Sul	12%	18%	4%	0%	14%
total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: autores.

No tocante ao desempenho das universidades estaduais por região geográfica (Quadro 3), o melhor desempenho da Agenda A3P se dá nas regiões Nordeste e Sul. Entretanto, com apenas uma (01) universidade no Nordeste (50%) e outra no Sul (50%). Vale destacar que a região Sul concentra todas as agendas do tipo PLS (100% das UE), bem como 57% das UE em que os PDI com comissões ou planos de sustentabilidade em previsão ou em funcionamento.

Quadro 3 - Distribuição da consolidação de agendas de sustentabilidade por região (UE)

Estaduais	A3P	PLS	Política de sustentabilidade própria	PDI com comissão ou plano de sustentabilidade	PDI sem comissão ou plano de sustentabilidade
Norte	0%	0%	13%	0%	20%
Nordeste	50%	0%	38%	43%	30%
Centro-Oeste	0%	0%	13%	0%	15%
Sudeste	0%	0%	6%	0%	25%
Sul	50%	100%	31%	57%	10%
total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: autores.

O desempenho dos institutos federais (IF) por região (Quadro 4) evidencia que a maior adesão a Agenda A3P acontece nas regiões Norte e Sudeste (ambas com 40%). A maior adesão ao PLS se dá na região Sudeste (igualmente com 40%), seguido das regiões Nordeste e Norte (ambas com 25%). No tocante ao desenvolvimento de políticas próprias de sustentabilidade, elas aparecem com maior contundência nas regiões Nordeste e Sudeste. A região Nordeste é a que concentra maior número de PDI com menções a comissões ou planos específicos para sustentabilidade. Vale destacar que no universo dos Institutos Federais, a região Sul apresentou os percentuais mais desfavoráveis de consolidação de agendas de sustentabilidade.

Quadro 4 - Distribuição da consolidação de agendas de sustentabilidade por região (IF)

Institutos Federais	A3P	PLS	Política de sustentabilidade própria	PDI com comissão ou plano de sustentabilidade	PDI sem comissão ou plano de sustentabilidade
Norte	40%	25%	18%	12%	18%
Nordeste	0%	25%	27%	29%	36%
Centro-Oeste	20%	0%	18%	12%	18%
Sudeste	40%	33%	27%	24%	18%
Sul	0%	17%	9%	24%	9%
total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: autores.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De forma complementar aos levantamentos de dados quantitativos da pesquisa, os pesquisadores realizaram simultaneamente uma análise qualitativa dos principais desafios e oportunidades à consolidação de agendas de sustentabilidade ou de políticas de responsabilidade socioambiental nas IES, dividindo inicialmente as observações em ‘pontos fortes’ e ‘pontos fracos’, descritos a seguir:

5.1 Pontos Fortes:

Nas IES que aderiram à Agenda A3P, ou adotaram PLS ou políticas de sustentabilidade próprias é positivo o grau de institucionalização de muitas das agendas estabelecidas, não sendo apenas iniciativas pontuais, restritas a um campus ou às unidades ou departamentos específicos, mas ações instauradas por Reitorias e Pró reitorias de Planejamento e de Gestão. Também foi possível observar que nessas IES houve uma propagação de departamentos e setores especializados de gestão ambiental, encarregados pela execução, coordenação e fiscalização dos eixos/ações nos campi das universidades e institutos.

Muitas dessas IES criaram ainda agrupamentos ou grupos de trabalho para o planejamento e a gestão ambiental, com maior liberdade operacional e com foco nos moldes e eixos da Agenda na Administração Pública (A3P). Muitas lideranças e iniciativas surgiram no contexto desses grupos e foram ampliadas as ações e articulações com a esfera pública, com a realização de seminários, workshops e conferências voltadas à temática. Grupos de pesquisa, antes restritos as suas unidades, centros ou institutos, passaram a compor a gestão socioambiental das IES e auxiliaram na conscientização, convidando membros externos ou mesmo atuando no engajamento de estudantes.

Foi igualmente possível observar uma significativa influência do *UI GreenMetric World University Rankings* nas IES mais engajadas na gestão socioambiental, o que pode ajudar para uma possível harmonização futura de indicadores e de planejamentos dessa ferramenta em relação aos eixos e as eventuais reorientações para o aprimoramento da Agenda A3P.

Um outro ponto forte das IES que buscaram consolidar agendas de sustentabilidade ou de responsabilidade socioambiental diz respeito a promoção de parcerias locais e regionais. Elas aconteceram com outros órgãos de Estado, tribunais de contas, prefeituras, associações, comunidades, empresas e organizações não governamentais. A parceria com as comunidades locais, por exemplo, reforçou projetos de extensão universitária nos eixos de coleta seletiva, redução de resíduos e consumo de energia. As parcerias com empresas juniores auxiliaram, por exemplo, na propagação da prestação de serviços ambientais voltados à comunidade.

O processo de consolidação das agendas de sustentabilidade fez com que muitas IES também passassem a oferecer serviços antes olvidados pela administração do patrimônio cultural-urbanístico, e se desdobraram em iniciativas regionais de cultura, educação ambiental,

estudos e maior sistematização do espaço urbano e rural envoltos aos seus campi. As soluções de tecnologia ambiental marcam outro ponto forte propagado pelas agendas, como algumas universidades que aproveitaram suas características, contextos e demandas para a criação de novas alternativas e oportunidades.

Mesmo nas IES nas quais não foram identificadas agendas/políticas de sustentabilidade, ou gestão socioambiental, muitas delas tinham PDI que possuíam uma comissão de sustentabilidade, ou indicavam a necessidade de contemplar esses instrumentos nas instituições.

5.2 Pontos Fracos:

O primeiro ponto fraco a ser destacado é a grande incidência de agendas, políticas e ações (A3P, PLS, política própria e PDI) desatualizados. De forma exemplar, apesar do grande número de PLS identificados, especialmente nas UF, há que se frisar que parte significativa deles estava defasado, com versões antigas nos websites.

Além disso, um número considerável de páginas e/ou sítios eletrônicos traziam informações escassas sobre os resultados das ações e das medidas planejadas pelas agendas ou políticas identificadas. Com algumas exceções, há dificuldade em localizar dados/informações mais acuradas sobre o desenvolvimento dos PLS ou da agenda ambiental/sustentabilidade nos *websites* das instituições. Existem falhas consideráveis na transparência/comunicação de acompanhamentos das agendas, resultando, inclusive, em certa dificuldade no levantamento das informações nos *websites* por meio de palavras-chave; Em parte, isso parece decorrer de falta de estruturas ou mesmo pessoal dessas IES, para dispor de um planejamento de comunicação, informação e transparência próprios.

Nas IES que aderiram eventualmente a Agenda A3P, por exemplo, é possível identificar com certa facilidade nas páginas eletrônicas, as notícias sobre as suas certificações e a contemplação por selos de boas práticas, mas em geral pouca informação é oferecida sobre as concretizações e os andamentos das ações.

Outro ponto fraco é a descontinuidade das políticas/agendas, por decorrência por trocas de reitorias e ainda, como reflexo da mudança de gestores do Executivo, nos vários níveis federativos. Além das UF que não atualizam seus PLS, ou suas políticas próprias, outras instituições optaram por decisão interna, por não continuar com sua adesão à Agenda A3P, e ao invés disso, consolidaram política própria de sustentabilidade e o desenvolvimento de seu PLS, dificultando uma harmonização e possível padronização dos eixos de ação.

No tocante aos eixos, também há uma concentração nas ações de redução de consumo de água, energia e resíduos, mas outros eixos, como por exemplo, o das ‘compras verdes’ são pouco exploradas. Há pouco enfoque em ações nas vias licitatórias balizadas pela aquisição de produtos e de serviços que sejam recicláveis, reutilizáveis, ou que possuam menor pegada ecológica. As licitações iterativamente ignoram esses parâmetros nas compras, deixando-os como componentes subsidiários e aplicáveis apenas, eventualmente, nos desempates.

Outro ponto fraco é a fragmentação das ações em muitas IES, restritas recorrentemente a departamentos, núcleos ou institutos responsáveis por procedimentos, práticas e compromissos. No quesito das parcerias, de forma semelhante, embora existam iniciativas exemplares, elas ainda são de maneira geral incipientes, e fragmentadas, e quase sempre dentro de um escopo informal. A fragmentação e as parcerias informais/pontuais colaboram para formação de diferentes percepções, conhecimento e de atuação nas pautas socioambientais.

A insuficiência de dotação orçamentária, e a Pandemia da COVID-19, não poderiam deixar de serem citadas como eventos críticos e como causas disruptivas de muitos dos planejamentos ambientais e da própria descontinuidade das agendas, defasagem de ações, andamentos, grupos de trabalho e de projetos de implementação.

Contudo, o ponto fraco mais preocupante, identificado pela pesquisa se dá no grande número de IES sem nenhum histórico de desenvolvimento de agendas de sustentabilidade ou

de políticas de responsabilidade socioambiental. Ou ainda, de IES sem quaisquer tipos de previsão para implementação de comissões ou planos de sustentabilidade e PDI concentrados em aspectos financeiros, preocupados com a ‘sustentabilidade financeira’ da instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação das agendas de sustentabilidade ou políticas de responsabilidade socioambiental nas IES é difusa/heterogênea, inconsistente e assistemática. É difusa porque há grande variação do grau de consolidação e de desenvolvimento das agendas nessas instituições. A disparidade se dá entre os diferentes tipos de IES observadas (UF, UE e IF), mas também entre as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Aspecto maior aprofundamento.

Além disso, a trajetória desses instrumentos também é inconsistente. Isso porque a adesão a agenda A3P, PLS, políticas próprias e os PDI com comissões de sustentabilidade são instrumentos descontínuos, marcados por interrupções, suspensões, ou mesmo pelo abandono das ações e/ou de suas divulgações. Há uma fragilidade na operação e na transparência, seja na defasagem, seja na ausência de dados e na divulgação das ações desempenhadas.

Por fim, é assistemática porque não há evidências de um diálogo e de uma maior sinergia entre muitas das agendas identificadas. Isto é, cada IES parece fazer suas opções em um contexto marcado pela ausência de governança capaz de promover a convergência entre os objetivos das agendas e a cooperação entre as IES, como almejado pela instituição da Agenda A3P na sua concepção para toda a administração pública em seus diferentes níveis e entes.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, mais levantamentos e a coleta de dados primários são necessários, especialmente, pelas entrevistas com os usuários, operadores, gestores nas IES. Desse modo será possível obter resultados mais contundentes e uma análise qualitativa mais aprimorada do estado da arte das agendas de sustentabilidade e seus desafios.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) pelos recursos financeiros possibilitados pelo Termo de Execução Descentralizada, firmado entre o MMA e a Universidade de Brasília (UnB). Agradecemos a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC) pela administração financeira e de pessoal contratado.

REFERÊNCIAS

BRUNDTLAND, Gro Harlem; COMUM, Nosso Futuro. Relatório Brundtland. **Our Common Future: United Nations**, p. 540-542, 1987.

DA SILVA VIEGAS, Socorro de Fátima; CABRAL, Eugênia Rosa. Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 8, n. 1, p. 236-259, 2015.

FOUTO, Ana Rita Ferreira. O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável: das relações internacionais às práticas locais. **Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Relações Internacionais do Ambiente, Universidade Nova de Lisboa**, 2002.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. A universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 3, n. 2, p. 1-21, 2004.

MAYOR, Frederico. Preparar um futuro viável: ensino superior e desenvolvimento sustentável. In: **Conferência mundial sobre o ensino superior. Tendências de educação superior para o século XXI. Anais. Paris**. 1998. p. 46.